



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

07/10/2010

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. CÂMARA CÍVEL.....	2
1.3. DESEMBARGADORES.....	3
1.4. II SEMINÁRIO DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	4
1.5. SERVIDORES.....	5
1.6. SISTEMA DIGIDOC.....	6
2. JORNAL AQUI	
2.1. CONCURSO.....	7
2.2. VARA CRIMINAL.....	8 - 9
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. DESEMBARGADORES.....	10 - 11
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. COMARCAS.....	12
4.2. SERVIDORES.....	13
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	14 - 15
5.2. DESEMBARGADORES.....	16
6. JORNAL EXTRA	
6.1. COMARCAS.....	17 - 19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. ANÚNCIO.....	20
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	21 - 22
8.2. DESEMBARGADORES.....	23 - 24
8.3. SERVIDORES.....	25 - 26
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. COMARCAS.....	27
9.2. DESEMBARGADORES.....	28
9.3. SERVIDORES.....	29 - 30

TJ ANUNCIA CALENDÁRIO DE INAUGURAÇÕES DE NOVAS SEDES NAS COMARCAS

O Poder Judiciário divulgou o calendário de inauguração de novas instalações que estão em construção ou reforma na capital e interior. A primeira delas será o Fórum de Raposa, na próxima sexta-feira (8), às 8h. Ainda este mês (11/10), será instalada a sede da Ouvidoria, que funcionará no Shopping Jaracaty, em São Luís, e o Juizado da comarca de Codó (28/10). Para novembro, serão concluídas as reformas dos fóruns de Maracaçumé, Estreito e Carolina, Morros e Olinda Nova. As inaugurações cumprem ações previstas no Planejamento Estratégico do Judiciário estadual, no sentido de dotar as unidades jurisdicionais de boas condições de estrutura e funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão”, declarou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

Município tem obrigação de recolher animais soltos nas ruas

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, reunida nesta terça-feira, 5, condenou, por maioria, o município de Timon a pagar a Maria de Jesus dos Santos Chaves o valor de 15 mil reais, acrescidos de correção monetária, pela morte do filho dela em decorrência de acidente de moto provocado pela colisão com um cavalo solto em uma via pública da cidade. A decisão foi do desembargador Jaime Araújo.



► **Desembargador Jaime Araújo**

TJMA volta a julgar denúncia de trabalho escravo contra juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por sorteio, na sessão administrativa de ontem, o desembargador Cleones Cunha, para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi.

Com a escolha do relator, o TJMA dá cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em

sessão realizada no dia 31 de agosto deste ano, que decidiu pela abertura do procedimento administrativo para apurar se o magistrado mantinha trabalhadores em condições degradantes na fazenda Pôr do Sol, de sua propriedade.

No primeiro julgamento do caso, em 2007, o atual presidente do TJ, Jamil Gedeon, que a época das denúncias era corregedor geral de Justiça, votou

pela instauração do processo administrativo disciplinar, mas o Pleno, por maioria de votos de 11 desembargadores decidiu, pelo arquivamento do processo.

OS JUÍZES AUXILIARES da Corregedoria Geral da Justiça Ariane Mendes Castro Pinheiro e José Nilo Ribeiro Filho representam o corregedor Antonio Guerreiro Júnior no II Seminário da Justiça Criminal, que está acontecendo durante esta semana, em São Paulo. O evento do CNJ tem como tema central “O Sistema de Justiça Criminal em perspectiva histórica e visão de futuro: a mudança nos paradigmas”

TJ ANUNCIA CALENDÁRIO DE INAUGURAÇÕES DE NOVAS SEDES NAS COMARCAS

O Poder Judiciário divulgou o calendário de inauguração de novas instalações que estão em construção ou reforma na capital e interior. A primeira delas será o Fórum de Raposa, na próxima sexta-feira (8), às 8h. Ainda este mês (11/10), será instalada a sede da Ouvidoria, que funcionará no Shopping Jaracaty, em São Luís, e o Juizado da comarca de Codó (28/10). Para novembro, serão concluídas as reformas dos fóruns de Maracaçumé, Estreito e Carolina, Morros e Olinda Nova. As inaugurações cumprem ações previstas no Planejamento Estratégico do Judiciário estadual, no sentido de dotar as unidades jurisdicionais de boas condições de estrutura e funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão", declarou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

TJMA vai treinar servidores para tramitação virtual de documentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai realizar treinamento de pessoal para o uso do novo sistema de acompanhamento virtual de processos administrativos internos – o Digidoc, com início previsto para o dia 13 de outubro.



► ***Diretora Geral Alessandra reúne com servidores do TJ sobre treinamento do sistema Digidoc***

▶ MARANHÃO

Estado e TJ vão realizar concursos

SANDRA VIANA

A chance de um emprego estável no funcionalismo público bate novamente à porta dos maranhenses. Até o primeiro semestre de 2011, serão abertos concursos públicos para preenchimento de vagas nas áreas de segurança, administração, planejamento e outros. Dentre os órgãos a abrir vagas estão a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), Polícia Militar e Tribunal de Justiça (TJ).

O número de vagas, previsão salarial e requisitos dos concursos não foram divulgados pelos órgãos. O TJ está em fase de planejamento do processo e as secretarias de governo aguardam aprovação dos concursos pela Assembleia Legislativa. Em setembro, foi enviado à Assembleia lei que lista as despesas e receitas da casa, incluindo a realização de concurso público para o estado, o que deve ser consumado apenas no próximo ano. Já a assessoria do TJ aguarda resposta ao empenho enviado para a realização do certame, mas confirma o concurso.

► IMPERATRIZ

MANDOU MATAR PREFEITO

No dia em que completa 17 anos do assassinato do prefeito Renato Cortez, o mandante é julgado, embora tenha pedido pela suspensão da pronúncia do processo



SALVADOR RODRIGUES MANDOU MATAR RENATO CORTEZ

Foi iniciada na manhã desta quarta-feira (6), no auditório III da Faculdade de Imperatriz (Facimp), a sessão do Júri Popular, presidida pela juíza Samira Barros Heluy, que vai julgar o ex-prefeito Salvador Rodrigues de Almeida, que responde pela acusação de ser um dos mandantes do assassinato do então prefeito Renato Cortez Moreira, no dia 6 de outubro de 1993. O crime teve grande repercussão em todo o estado e abalou a população de Imperatriz.

O julgamento de Salvador Rodrigues de Almeida acontece justamente no dia em que o crime completa 17 anos.

Com a morte de Renato Moreira, Salvador Rodrigues assumiu o comando do município. Na época do crime, ele também chegou a ser preso pela morte do prefeito, mas vem respondendo em liberdade. Seus advogados recorreram pela impronúncia do processo ao Tribunal

do Júri Popular, mas o Tribunal de Justiça do Estado manteve, no ano passado, a pronúncia. Outros julgamentos de Salvador Rodrigues já foram marcados, porém adiados.

Conforme os autos do processo, dez pessoas participaram da trama que matou o prefeito Renato Moreira. Destas, apenas Antonio Sousa da Silva, o Sousão, que contratou o pistoleiro, e Arnaldo Chaves Barbosa (atuou na intermediação) foram condenados e cumpriram pena. Arnaldo Chaves Barbosa, que havia recebido o benefício de saída temporária, morreu de acidente na BR-222, quando viajava de São Luís para Imperatriz.

Outros três acusados de participar do crime nunca foram julgados. É o caso de Geraldo João da Silva, que é tido como o homem que mostrou Renato Moreira ao pistoleiro (foragido); Edmilson Alves Brandão, o Consol, que teria alugado o veículo usado na

fuga do pistoleiro, e o próprio executor do assassinato, Antonio Conceição da Silva, que nunca foi preso ou prestou depoimento.

Nos autos do processo sobre os mandantes do crime estão arrolados Ronaldo Machado Arantes, Damiano Benício dos Santos e Saulo Antônio Gomes. Eles entraram com recurso contra a pronúncia do processo deles a Júri Popular. O empresário Geraldo Hipólito da Silva, que na época do crime tinha 70 anos, está em liberdade porque o processo prescreveu para ele em razão da idade. Até o encerramento desta edição o julgamento continuava em andamento.

TJ volta a julgar denúncia de trabalho escravo contra juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por sorteio, na sessão administrativa de ontem, 6, o desembargador Cleones Cunha, para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi. **PÁGINA 2**

TJMA volta a julgar denúncia de trabalho escravo contra juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por sorteio, na sessão administrativa de ontem, 6, o desembargador Cleones Cunha, para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi.

Com a escolha do relator,

o TJMA dá cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão realizada no dia 31 de agosto deste ano, que decidiu pela abertura do procedimento administrativo para apurar se o magistrado mantinha trabalhadores em condições degradantes na fazenda Pôr do Sol, de sua propriedade.

No primeiro julgamento do caso, em 2007, o atual presidente do TJ, Jamil Gedeon, que a época das denúncias era corregedor geral de Justiça, votou pela instauração do processo administrativo disciplinar, mas o Pleno, por maioria de votos de 11 desembargadores decidiu, pelo arquivamento do processo.

SEDES

TJ anuncia calendário de inaugurações

O Poder Judiciário divulgou o calendário de inauguração de novas instalações que estão em construção ou reforma na capital e interior. A primeira delas será o Fórum de Raposa, amanhã, dia 8, às 8h. Ainda este mês será inaugurado o Juizado da comarca de Codó, no dia 28. Para novembro, serão concluídas as reformas dos fóruns de Maracáçumé, Estreito e Carolina, Morros e Olinda Nova.

A Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está realizando levantamento, cadastro e diagnóstico nas 108 comarcas do Estado, com o objetivo de retratar as condições físicas das estruturas dos imóveis e direcionar as intervenções necessárias.

As inaugurações cumprem ações previstas no Planejamento Estratégico do Judiciário estadual, no sentido de dotar as unidades jurisdicionais de boas condições de estrutura e funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão", declarou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

De acordo com informações do diretor de engenharia, Antonio José Júnior, 63 comarcas já estão com o levantamento concluído. "Parte das

comarcas pendentes já está sendo vistoriada e em fase de montagem de relatórios. Até o final da atual gestão, vamos fazer um diagnóstico em todas as comarcas e atender as necessidades físicas de cada uma, essa é a nossa meta", explica.

Também foram realizadas pequenas reformas e adaptações em unidades prediais nas comarcas da capital e interior, para adequar a estrutura atual às atividades jurisdicionais. No prédio sede do TJMA, receberam melhorias a vice-presidência, as Câmaras Cíveis e Criminais; o Núcleo de Apoio ao Encarcerado; as salas das Sessões Cíveis e Criminais, A Escola da Magistratura (ESMAM) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).

No interior, foram finalizadas reformas nos Fóruns de Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, Tutóia, Magalhães de Almeida, Bacabal, Codó, Sucupira do Norte, Buriti Bravo e Brejo. Em breve serão realizados serviços de reforma e adaptações nos Fóruns de Montes Altos, Amarante do Maranhão, Bom Jardim e Coroatá. E a construção dos fóruns das comarcas de Caxias, Mirinzal, Carutapera, João Lisboa, Buriticupu, Viana e Rosário.

Na capital, estão em fase de conclusão as reformas do 4º Juizado Especial Cível e das Rela-

ções do Consumo (COHAB); o Telejudiciário; gabinetes de desembargadores e dos juízes auxiliares. "Está prevista, ainda, a reforma e adequação do gabinete odontológico do TJ, obras de pequenos reparos e manutenção das Assessorias de Comunicação e Jurídica; Diretorias Judiciária e Geral e pintura interna e externa da sede do Tribunal de Justiça", anunciou.

O diretor informou ainda que deve entrar em vigor um novo contrato de manutenção predial, que abrangerá todas as unidades pertencentes ao Judiciário. O Estado será dividido em seis pólos regionais, onde cada um terá uma empresa contratada, para realizar serviços de manutenção e pequenas adaptações. "Desse modo, poderemos solucionar problemas emergenciais que surgem constantemente nas unidades jurisdicionais", acrescentou.

Servidora do Tribunal é exonerada por crime

O Tribunal de Justiça do Maranhão concluiu na sessão plenária de ontem, quarta-feira, 6, o julgamento de um grupo de servidores do Judiciário que respondiam a processo administrativo disciplinar (PAD) por manipulação indevida da folha de pagamento, percepção de valores aos quais não tinham direito, pagamento de renumeração de cargos em comissão a pessoas indiferentes ao quadro de pessoal.

Por maioria, o pleno decidiu pela demissão de Carmem Tereza Maranhão e arquivamento do processo quanto a José Antonio Fonseca Ramos, nos termos do voto proferido pelo desembargador Jamil Gedeon, presidente do TJ. Em relação a Gorete Maria Rodrigues Rego, foi determinada a sua suspensão por 60 dias, seguindo o voto divergente do desembargador Stélio Muniz.

As irregularidades investigadas contra os três servidores ocorreram entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de agosto de 2007, durante a gestão do desembargador

Galba Maranhão, à época presidente do TJMA. Em 19 de novembro de 2008, o Tribunal decidiu pela inviabilidade da instauração de PAD contra o desembargador Galba Maranhão por ela já estar aposentado, o que impossibilitaria a aplicação de pena administrativa. Mas os autos foram encaminhados ao Ministério Público estadual e ao Conselho Nacional de Justiça.

O mesmo procedimento de encaminhamento de cópias do processo foi tomado em relação aos servidores Sâmia Gisely Jansen Pereira Xavier de Sousa (Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão), já demitida, e José Tadeu dos Santos Macedo (Executivo Estadual), também envolvidos no esquema de enriquecimento ilícito apurado pelo Judiciário maranhense.

Todos os acusados à época exerciam cargos de confiança na Diretoria Financeira do TJMA e alegaram, em suas defesas, que cumpriam ordens da presidência do Tribunal, e que a ilegalidade das inclusões e alterações na folha não era de

seu conhecimento, por isso, as realizavam. O pleno do TJ entendeu que o servidor público não pode, de maneira alguma praticar ato ilegal, alegando estar cumprindo ordem superior.

"Só as ordens legais devem ser obedecidas pelo servidor. Quando estas não forem condizentes com a lei, deve ser negado o seu cumprimento junto ao superior. As condutas praticadas ensejaram dano ao erário, violação do ordenamento jurídico e implicaram graves repercussões, abalando a imagem e a credibilidade do judiciário maranhense", destacou o presidente Jamil Gedeon em seu voto.

TJ anuncia calendário de inaugurações de novas sedes nas comarcas

O Fórum de Raposa será entregue amanhã; Ouvidoria será instalada no Shopping Jaracaty

O Poder Judiciário divulgou o calendário de inauguração de instalações que estão em construção ou reforma na capital e no interior. A primeira delas será o Fórum de Raposa, amanhã, às 8h. Ainda este mês, será instalada a sede da Ouvidoria, que funcionará no Shopping Jaracaty, em São Luís, e o Juizado da comarca de Codó. Para novembro, serão concluídas as reformas dos fóruns de Maracaçumé, Estreito e Carolina, Morros e Olinda Nova.

A Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está realizando levantamento, cadastro e diagnóstico nas 108 comarcas do Estado, com o objetivo de retratar as condições físicas das estruturas dos imóveis e direcionar as intervenções necessárias.

Ações - As inaugurações cumprem ações previstas no Planejamento Estratégico do Judiciário estadual, no sentido de dotar

as unidades jurisdicionais de boas condições de estrutura e funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão”, declarou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

De acordo com informações do diretor de engenharia, Antonio José Júnior, 63 comarcas já estão com o levantamento concluído.

“Parte das comarcas pendentes já está sendo vistoriada e em fase de montagem de relatórios. Até o fim da atual gestão, vamos fazer um diagnóstico em todas as comarcas e atender as necessidades físicas de cada uma. Essa é a nossa meta”, explica.

Reformas - Pequenas reformas e adaptações em unidades prediais nas comarcas da capital e interior foram concluídas, para adequar a estrutura atual às atividades jurisdicionais. No prédio-sede do TJMA, receberam melhorias a vice-presidência, as Câmaras Cíveis e Criminais; o Núcleo de Apoio ao Encarcerado; as salas das Sessões Cíveis e Criminais; a Escola da Magistratura (Es-mam) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).

O PRESIDENTE do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Jamil Geodeon Neto, o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior e a diretora do Fórum da Comarca de Raposa, Juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, inauguram amanhã as novas instalações do Fórum “Desembargador Ives Miguel Azar”, da Comarca de Raposa.

Justiça

Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por sorteio, na sessão administrativa de ontem, o desembargador Cleones Cunha para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi.

**Comarca da Raposa inaugura
moderno fórum na sexta-feira**
PÁGINA 5

Comarca da Raposa inaugura moderno fórum na sexta-feira

A comarca de Raposa terá novo e moderno fórum a partir de sexta-feira próxima, 8. O prédio, que leva o nome do desembargador Yves Miguel Azar, está localizado na Vila Bom Viver (próximo ao perímetro urbano) e apresenta melhores condições de trabalho e de fácil acesso.

"Estamos em fase de mudança e encaixotando processos. O atendimento a público e advogados e também os prazos estão suspensos até quinta-feira," diz a juíza titular Rafaela Saif Rodrigues.

O prédio construído tem um pavimento e 13 espaços amplos, incluindo salas para a OAB e o Ministério Público. Gabinete da juíza, secretaria judicial, assessoria judicial, audiência, Centro de Processamento de Dados, oficial de Justiça e reunião são outras áreas contem-

pladas no projeto construtivo.

A Comarca da Raposa foi instalada há cinco anos, na gestão do corregedor-geral da Justiça, Raimundo Freire Cutrim, e reúne hoje cerca 1800 processos em tramitação.

Em agosto, o corregedor Antonio Guerreiro Júnior visitou o novo fórum com a juíza Rafaela Saif Rodrigues e verificou o andamento dos serviços no prédio construído pelo Tribunal de Justiça e com excelente padrão de acabamento.

A Vila Bom Viver tem linha regular de ônibus, o que é uma boa notícia para quem precisava ir a júris no Centro de Instrução do Mar, no Porto do Braga, e "reclamava do local pouco acessível", lembra a juíza. Segundo ela, a mudança do fórum foi bem recebida pela comunidade.

Comarca da Raposa



O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Antonio Guerreiro Júnior e a Diretora do Fórum da Comarca de Raposa, Juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, inauguram nesta sexta-feira (8) às 9h, as novas instalações do Fórum "Desembargador Ives Miguel Azar", da Comarca de Raposa, que está localizado na Avenida Cafeteira, s/nº, Vila Bom Viver.



Procuradoria Regional
do Trabalho - 16ª Região

EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES. DENUNCIE JÁ!

(Lei Federal nº 11.577/2007)

-  Child/Adolescent Sexual Abuse and Trafficking are criminal offences. Report them now!
-  Exploración sexual y tráfico de niños y adolescentes son crímenes. ¡Denuncie ahora!
-  Exploración sexual et traficq ue d'enfants et d'adolescents, c'est un crime. Dénoncez-les!
-  Giu le mani dai bambini! Aiutate a fermare il turismo sessuale ed il traffico di minori ed adolescenti. Denuncia anche tu questi crimini!
-  Sexuelle Ausbeutung und Kinderhandel ist strafbar. Bei Verdacht Anzeige erstatten.

DISQUE DENÚNCIA:

TEL. **100** NACIONAL

TEL. **190**

TEL. **0800.981600**

TEL. **(981) 3214.8667**

TEL. **(981) 2107.9300**

TEL. **(991) 3523.7111**

TEL. **(99) 3521.0784**

TEL. **(991) 3621.6915**

Centro Integrado de Operações Policiais

Disque Denúncia do Ministério Público do Estado do Maranhão


Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente

Ministério Público do Trabalho de São Luís-Ma

Ministério Público do Trabalho de Imperatriz-Ma

Ministério Público do Trabalho de Caxias-Ma

Ministério Público do Trabalho de São João del-Rei-MG

❖❖ O Presidente do TJMA, Jamil Gedeon; o Corregedor-Geral, Guerreiro Júnior, e a Diretora do Fórum de Raposa, Juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, inaugurarão, na sexta-feira, as novas instalações do Fórum “Desembargador Ives Miguel Azar”, da Comarca de Raposa, na Avenida Cafeteira, s/n, Vila Bom Viver, Raposa-MA.

❖❖ O Poder Judiciário divulgou o calendário de inauguração de novas instalações que estão em construção ou reforma na capital e interior.

❖❖ A primeira delas será o Fórum de Raposa, na próxima sexta-feira (8), às 8h. Ainda este mês será inaugurado o Juizado da comarca de Codó (28/10). Para novembro, serão concluídas as reformas dos fóruns de Maracaçumé, Estreito e Carolina, Morros e Olinda Nova.

● O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Antonio Guerreiro Júnior e a Diretora do Fórum da Comarca de Raposa, Juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, inauguram, no dia 08 de outubro (sexta-feira), às 9h, as novas instalações do Fórum “Desembargador Ives Miguel Azar”, da Comarca de Raposa, (Avenida Cafeteira, s/n, Vila Bom Viver, Raposa-Ma).

● O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por sorteio, na sessão administrativa de ontem o desembargador Cleones Cunha, para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi.

■ Trabalho escravo

O Tribunal de Justiça escolheu, por sorteio, ontem, o desembargador Cleones Cunha para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi.

Com a escolha do relator, o TJMA dá cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que decidiu pela abertura do procedimento administrativo para apurar se o magistrado mantinha trabalhadores em condições degradantes na fazenda Pôr do Sol, de sua propriedade.

No primeiro julgamento do caso, em 2007, o presidente do TJ, Jamil Gedeon, que a época das denúncias era corregedor geral de Justiça, votou pela instauração do processo administrativo disciplinar, mas o Pleno, por maioria de votos de 11 desembargadores decidiu, pelo arquivamento do processo.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta quinta-feira vai para a juíza auxiliar de entrância final, Alice Prazeres Rodrigues, que teve seu nome aprovado, ontem, pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, para diretora do Fórum do Calhau, em substituição ao juiz Alexandre Lopes de Abreu, que pediu afastamento da função em setembro. Ex-titular da Comarca de Timon, Alice Prazeres Rodrigues foi promovida em 21 de julho a juíza auxiliar da capital, pelo critério de merecimento.

TJMA conclui julgamento de servidores contratados por enriquecimento ilícito

O Tribunal de Justiça do Maranhão concluiu na sessão plenária de ontem, 6, o julgamento de um grupo de servidores do Judiciário que respondiam a processo administrativo disciplinar (PAD) por manipulação indevida da folha de pagamento, percepção de valores aos quais não tinham direito, pagamento de renumeração de cargos em comissão a pessoas indiferentes ao quadro de pessoal. **PÁGINA 4**

TJMA conclui julgamento de servidores contratados por enriquecimento ilícito

O Tribunal de Justiça do Maranhão concluiu na sessão plenária de ontem, 6, o julgamento de um grupo de servidores do Judiciário que respondiam a processo administrativo disciplinar (PAD) por manipulação indevida da folha de pagamento, percepção de valores aos quais não tinham direito, pagamento de renumeração de cargos em comissão a pessoas indiferentes ao quadro de pessoal.

Por maioria, o pleno decidiu pela demissão de Carmem Tereza Maranhão e arquivamento do processo quanto a José Antonio Fonseca Ramos, nos termos do voto proferido pelo desembargador Jamil Gedeon, presidente do TJ. Em relação a Gorete Maria Rodrigues Rego, foi determinada a sua suspensão por 60 dias, seguindo o voto divergente do desembargador Stélio Muniz.

As irregularidades investigadas contra os três servidores ocorreram entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de agosto de 2007, durante a gestão do desembargador Galba Maranhão, à época presidente do TJMA. Em 19 de novembro de 2008, o Tribunal decidiu pela inviabilidade da instauração de PAD contra o desembargador Galba Maranhão por ela já estar aposentada, o que impossibilitaria a aplicação de pena administrativa. Mas os autos foram encaminhados ao Ministério Público estadual e ao Conselho Na-

cional de Justiça.

O mesmo procedimento de encaminhamento de cópias do processo foi tomado em relação aos servidores Sâmia Gisély Jansen Pereira Xavier de Sousa (Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão), já demitida, e José Tadeu dos Santos Macedo (Executivo Estadual), também envolvidos no esquema de enriquecimento ilícito apurado pelo Judiciário maranhense.

Todos os acusados à época exerciam cargos de confiança na Diretoria Financeira do TJMA e alegaram, em suas defesas, que cumpriam ordens da presidência do Tribunal, e que a ilegalidade das inclusões e alterações na folha não era de seu conhecimento, por isso, as realizavam. O pleno do TJ entendeu que o servidor público não pode, de maneira alguma praticar ato ilegal, alegando estar cumprindo ordem superior.

“Só as ordens legais devem ser obedecidas pelo servidor. Quando estas não forem condizentes com a lei, deve ser negado o seu cumprimento junto ao superior. As condutas praticadas ensejaram dano ao erário, violação do ordenamento jurídico e implicaram graves repercussões, abalando a imagem e a credibilidade do judiciário maranhense”, destacou o presidente Jamil Gedeon em seu voto. *(Com informações da Assessoria de Comunicação do TJMA)*

Divulgado calendário de inaugurações de Fóruns

O Poder Judiciário divulgou o calendário de inauguração de novas instalações que estão em construção ou reforma em São Luís e interior. A primeira delas será o Fórum de Raposa, amanhã, 8, às 8h. Ainda este mês será inaugurado o Juizado da comarca de Codó, dia 28. Para novembro, serão concluídas as reformas dos fóruns de Maracaçumé, Estreito e Carolina, Morros e Olinda Nova.

A Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está realizando levantamento, cadastro e diagnóstico nas 108 comarcas do Estado, com o objetivo de retratar as condições físicas das estruturas dos imóveis e direcionar as intervenções necessárias.

PLANEJADAS

As inaugurações cumprem ações previstas no Planejamento Estratégico do Judiciário estadual, no sentido de dotar as unidades jurisdicionais de boas condições de estrutura e funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão", declarou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

De acordo com informações do diretor de engenharia, Antonio José Júnior, 63 comarcas já estão com o levantamento concluído. "Parte das comarcas pendentes já está sendo vistoriada e em fase de montagem de relatórios. Até o final da atual gestão, vamos fazer um diagnóstico em todas as comarcas e atender as necessidades físicas de cada uma, essa é a nossa meta", explica.

REFORMAS

Pequenas reformas e adaptações em unidades prediais nas comarcas da capital e interior foram concluídas, para adequar a estrutura atual às atividades jurisdicionais. No prédio sede do TJMA, receberam melhorias a vice-presi-

dência, as Câmaras Cíveis e Criminais; o Núcleo de Apoio ao Encarcerado; as salas das Sessões Cíveis e Criminais, A Escola da Magistratura (ESMAM) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).

No interior, foram finalizadas reformas nos Fóruns de Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, Tutóia, Magalhães de Almeida, Bacabal, Codó, Sucupira do Norte, Buriti Bravo e Brejo. Em breve serão realizados serviços de reforma e adaptações nos Fóruns de Montes Altos, Amarante do Maranhão, Bom Jardim e Coroatá. E a construção dos fóruns das comarcas de Caxias, Mirinzal, Carutapera, João Lisboa, Buriticupu, Viana e Rosário.

TELEJUDICIÁRIO

Em São Luís estão em fase de conclusão as reformas do 4º Juizado Especial Cível e das Relações do Consumo (COHAB); o Telejudiciário; gabinetes de desembargadores e dos juízes auxiliares.

"Está prevista, ainda, a reforma e adequação do gabinete odontológico do TJ, obras de pequenos reparos e manutenção das Assessorias de Comunicação e Jurídica; Diretorias Judiciária e Geral e pintura interna e externa da sede do Tribunal de Justiça", anunciou.

O diretor informou ainda que deve entrar em vigor um novo contrato de manutenção predial, que abrangerá todas as unidades pertencentes ao Judiciário. O Estado será dividido em seis pólos regionais, onde cada um terá uma empresa contratada, para realizar serviços de manutenção e pequenas adaptações. "Desse modo, poderemos solucionar problemas emergenciais que surgem constantemente nas unidades jurisdicionais", acrescentou.

Juiz será réu por trabalho escravo

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu, por sorteio, na sessão administrativa realizada ontem, 6, em São Luís, o desembargador Cleones Cunha, para ser o relator do Processo Administrativo Disciplinar que apura as denúncias de trabalho escravo contra o juiz Marcelo Testa Baldochi.

Com a escolha do relator, o Tribunal de Justiça do Maranhão dá cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão realizada no dia 31 de agosto deste ano, que decidiu pela abertura do procedimento administrativo para apurar se o magistrado mantinha trabalhadores em condições degradantes na fazenda Pôr do Sol, de sua propriedade.

No primeiro julgamento do caso, em 2007, o atual presidente do TJ, Jamil Gedeon, que a época das denúncias era corregedor geral de Justiça, votou pela instauração do processo administrativo disciplinar, mas o Pleno, por maioria de votos de 11 desembargadores decidiu, pelo arquivamento do processo.



Cleones Cunha vai reletar processo contra Marcelo Baldochi

Enriquecimento ilícito gera demissões no TJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão concluiu na sessão plenária realizada ontem, 6, em São Luís, o julgamento de um grupo de servidores do Judiciário que respondiam a processo administrativo disciplinar (PAD) por manipulação indevida da folha de pagamento, percepção de valores aos quais não tinham direito, pagamento de remuneração de cargos em comissão a pessoas indiferentes ao quadro de pessoal.

Por maioria, o pleno decidiu pela demissão de Carmem Tereza Maranhão e arquivamento do processo quanto a José Antonio Fonseca Ramos, nos termos do voto proferido pelo desembargador Jamil Gedeon, presidente do TJ. Em relação a Gorete Maria Rodrigues Rego, foi determinada a sua suspensão por 60 dias, seguindo o voto divergente do desembargador Stélio Muniz.

GALBA ESCAPA

As irregularidades investigadas contra os três servidores ocorreram entre 1º de janeiro de

2006 e 1º de agosto de 2007, durante a gestão do desembargador Galba Maranhão, à época presidente do TJMA. Em 19 de novembro de 2008, o Tribunal decidiu pela inviabilidade da instauração de PAD contra o desembargador Galba Maranhão por ele já estar aposentado, o que impossibilitaria a aplicação de pena administrativa. Mas os autos foram encaminhados ao Ministério Público estadual e ao Conselho Nacional de Justiça.

O mesmo procedimento de encaminhamento de cópias do processo foi tomado em relação aos servidores Sâmia Gisely Jansen Pereira Xavier de Sousa (Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão), já demitida, e José Tadeu dos Santos Macedo (Executivo Estadual), também envolvidos no esquema de enriquecimento ilícito apurado pelo Judiciário maranhense.

DIRETORIA FINANCEIRA

Todos os acusados à época exerciam cargos de confiança na

Diretoria Financeira do TJMA e alegaram, em suas defesas, que cumpriam ordens da presidência do Tribunal, e que a ilegalidade das inclusões e alterações na folha não era de seu conhecimento, por isso, as realizavam. O pleno do TJ entendeu que o servidor público não pode, de maneira alguma praticar ato ilegal, alegando estar cumprindo ordem superior.

“Só as ordens legais devem ser obedecidas pelo servidor. Quando estas não forem condizentes com a lei, deve ser negado o seu cumprimento junto ao superior. As condutas praticadas ensejaram dano ao erário, violação do ordenamento jurídico e implicaram graves repercussões, abalando a imagem e a credibilidade do judiciário maranhense”, destacou o presidente Jamil Gedeon em seu voto.



Pleno do Tribunal de Justiça decidiu por demitir e suspender servidores que enriqueceram ilicitamente